

# **Juventude e políticas sociais em Vitória: análise das gestões 2000/2004 e 2004/2008.**

Fabília Pavesi Helmer.

Cita:

Fabília Pavesi Helmer (2007). *Juventude e políticas sociais em Vitória: análise das gestões 2000/2004 e 2004/2008*. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1762>

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	03
2. JUVENTUDE.....	03
3. POLÍTICA SOCIAL DE JUVENTUDE: UM RESGATE HISTÓRICO.....	07
4. JUVENTUDE, POLÍTICAS PÚBLICAS E CULTURA NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA.....	14
4.1 – A PERCEPÇÃO DOS JOVENS.....	18
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	19
6. REFERÊNCIAS .....	20

## **1. Introdução**

O presente artigo é uma sistematização de uma pesquisa realizada dentro do Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (NEJUP) da Universidade Federal do Espírito Santo e também integra um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O objetivo desse artigo é fazer uma análise da política de juventude das duas gestões (2000-2004 e 2004/2008) do Departamento de Juventude da Prefeitura Municipal de Vitória, capital do Espírito Santo, a partir da perspectiva dos jovens inseridos em movimentos culturais ligados à música. Para o levantamento de dados foram utilizadas pesquisas bibliográficas, documental, observação participante e entrevistas semi-estruturadas realizados com jovens envolvidos em movimentos culturais e gestores de política pública de juventude do município de Vitória.

Ao longo da pesquisa percebeu-se que, a população juvenil, em um amplo período histórico, não contava com políticas públicas que atendessem às suas necessidades sociais básicas. Foi somente a partir da década de 90 e devido a diversos fatores que começou-se a ter um olhar voltado a essa população.

## **2. Juventude**

Pensar a juventude apenas como faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos ou dos 15 aos 29 anos é restringir o amplo significado que a juventude tem. Precisa-se aprofundar a análise e a compreensão sobre significados, construções simbólicas e as relações sociais estabelecidas pelos jovens. Segundo Castro e Abramovay (2005, p.62) "a juventude é, ao mesmo tempo, um ciclo de vida com características próprias e parte de um momento histórico".

Segundo Abramo (2005), a juventude é analisada tomando por base alguns conceitos. Um deles é pensar a juventude como período preparatório sendo, então, enfocada apenas como

transição entre a infância e a idade adulta estabelecendo políticas que visem à preparação ao mundo adulto. Essa concepção é verificada nos anos 50, quando o jovem era preparado para tornar-se um adulto produtivo e comprometido com o progresso nacional, portanto as políticas sociais, nesse momento, giravam em torno da educação para o trabalho. Tudo isso articulado com o ideal desenvolvimentista do período.

Nos anos 60, especialmente no pós-64, no Brasil, Abramo (1997) diz que, a juventude apareceu como ameaçadora da ordem social nos planos político, cultural e moral, por uma atitude de crítica à ordem estabelecida. A juventude era considerada como uma categoria portadora da possibilidade de transformação, o que para a sociedade se configurava no pânico da revolução. Esse medo significava tanto um desconforto com a idéia de mudança, quanto uma preocupação com o não enquadramento desses jovens, novamente, ao funcionamento “normal” da sociedade, devido à própria recusa deles em se adequar à referida situação.

Assim, a juventude passou a ser tratada como um problema de segurança nacional. O controle político e ideológico visava combater a efervescência política daquele momento, já que a juventude vinha se manifestando através de vários movimentos e ganhando maior visibilidade no cenário das lutas brasileiras, com: o movimento estudantil e de oposição aos regimes autoritários, contra as tecnocracias e todas as formas de dominação; o movimento pacifista; o movimento *hippie*; os movimentos culturais que questionavam os padrões estabelecidos de comportamento (sexuais, morais, de consumo); entre outros (ABRAMO, 1997).

Assim, essa juventude que, de acordo com Abramo (1997), nos anos 60 era considerada como “rebelde”, foi reelaborada e assimilada de uma forma positiva. Assim, atualmente, temos a visão de que, nessa época, existiu uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social. Dessa forma, criou-se, um modelo de jovem que tem o idealismo, a inovação e a utopia como características essenciais dessa categoria etária.

Também nos anos 1980, a conceituação de juventude como ameaçadora da ordem social aparece, porém vem revestida de mais significados. Segundo Moreira (2005), a partir dessa década, o Estado passa a se preocupar também com os segmentos juvenis socialmente marginalizados. Daí é que surge a ênfase na relação entre juventude/drogas e

juventude/violência. A maioria das iniciativas desse período visava normatizar e disciplinar tais relações.

A juventude dos anos 90 toma visibilidade a partir de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas (ABRAMO, 1997).

Nessa incursão, pode-se notar que muitas concepções podem ser ainda fixadas. Diferentes autores e projetos expõem suas teorias a respeito.

A Organização das Nações Unidas (ONU) conceitua a juventude como a fase que vai dos 15 aos 24 anos. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) divide a juventude em dois períodos, o período da adolescência e o da Juventude. Para essa organização, a adolescência começa aos 15 anos porque consideram que, com essa idade a pessoa já terá alcançado um nível de escolaridade que lhe permitirá o acesso ao mercado de trabalho. Assim, consideram que a juventude começa aos 20 porque nessa idade começa-se uma nova fase da vida que se estende até os 24 anos (MARTINS, 2002).

Para Groppo (2000), a juventude é conceituada como uma categoria social e algo mais que uma faixa etária. Tomando-a como uma categoria social, a juventude se torna uma representação sócio-cultural e uma situação social (GROPPO, 2000).

Assim, a juventude não é conceituada apenas por limites etários, mas também por representações simbólicas e situações sociais, vividas com muita diversidade no cotidiano, devido à sua relação com outras situações sociais, às diferenças culturais, espaciais, étnicas e de gênero. Faz-se então necessário compreender a juventude em suas relações, nos espaços e contextos onde está inserida. Compreender também a partir das suas manifestações e modos de vida analisando suas potencialidades e contradições que a realidade impõe (GROPPO, 2000).

Abramo e Venturi (2000) afirmam que existem duas idéias que costumam estar presentes em concepções modernas de juventude: a primeira consiste em considerá-la uma fase de *passagem* do período de dependência, que caracterizaria a infância e a posterior autonomia adulta e a segunda é a que atribui aos jovens uma predisposição natural para a rebeldia, como se fossem portadores de uma essência revolucionária.

Outras reflexões sobre juventude estão baseadas em definições do que é considerado “ser jovem”, sem problematizar o significado relativo à sua inserção em contextos sociais concretos. A sociologia funcionalista, por exemplo, analisa a juventude como um momento de transição no ciclo de vida da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização em que os indivíduos processam a sua integridade e se tornam membros da sociedade (ABRAMO, 1997).

As concepções de juventude vistas, dessa forma, trabalham com uma categoria de juventude universal, homogênea e abstrata incorporando uma visão puramente de etapas evolutivas. Além disso, muitas análises sociais têm privilegiado uma tônica negativa acerca da juventude, analisando esta como desviante e associando isso, na maioria das vezes, à imagem de famílias ditas ‘desestruturadas’ (QUIROGA, 2001).

A juventude pode ser considerada também como uma idéia construída social e culturalmente e dependendo do contexto, chega-se a uma idéia de juventude diferente. Entra nessa definição a classe social, o local onde vive, se é zona rural ou urbana<sup>1</sup>. Há também uma diversidade de movimentos e grupos que evidenciam a dificuldade de se ter o conceito de população jovem de forma padronizada ou uniforme. Devido a isso se torna conveniente dizer “juventudes” e não “juventude”, uma vez que deve ser levada em conta a questão racial, de gênero e cultural<sup>2</sup>.

Novaes (2002), assim como Camacho, diz que muitas vezes refere-se à juventude como se existisse um ciclo universal da vida, ou seja, como se em todas as sociedades as diversas etapas da vida fossem demarcadas da mesma maneira. Mesmo pertencentes à uma mesma época, os jovens diferem entre si. Entre os jovens brasileiros, há diferenças no que tange às classes sociais, relações de gênero, estilos de vida, locais de moradia, entre outras especificidades. Desse modo, pensar a juventude no singular se torna algo vazio, é preciso considerar todos esses aspectos e afirmar a existência de Juventudes e não apenas juventude.

Historicamente, é a partir da segunda metade da década de 1990 que o tema da juventude começou a ganhar projeção e complexidade no espaço público brasileiro. Nesse mesmo período, aumentava-se a proporção de jovens de 15 a 24 anos afetados pelo

---

<sup>1</sup> Idéia transmitida por Luísa Mítico Camacho no Seminário organizado pelo NEJUP intitulado Movimento, Juventude e Expressão em 12 de agosto de 2003.

<sup>2</sup> Idem.

aprofundamento das desigualdades econômico-sociais, os quais eram identificados como problema. Esses fatores foram causados principalmente, pela crise econômica e social que o país e a América Latina enfrentaram nos anos de 1980 e 1990. Essa crise gerou o aumento da exclusão dos jovens brasileiros e a diminuição de oportunidades, que por sua vez, geraram o aumento do tráfico de entorpecentes e a exploração sexual infanto-juvenil (BRASIL, 2003).

Apesar dessa concepção de problema, surge o reconhecimento de que a juventude é algo além da adolescência nos limites etários e nas questões que as caracterizam. Assim, as ações a ela dirigidas exigem outra lógica, para além das concebidas para crianças e adolescentes (FREITAS; PAPA, 2003).

Diante dessas concepções, acreditamos que a juventude é um segmento que possui diferenças e singularidades. Dentro de uma discussão aprimorada por seminários realizados no NEJUP, pudemos perceber que a juventude é algo muito além da concepção de faixa etária.

As Juventudes, na contemporaneidade, estão lutando para serem consideradas como portadoras de direitos, com demandas diferenciadas. Portanto, as ações destinadas a essa geração devem ressaltar as necessidades que diferenciam o jovem da criança e do adolescente, como a sexualidade, o mercado de trabalho, a política, o envolvimento na comunidade, a cultura, o lazer. Todos esses eixos trazem aspectos novos e diferenciados, quando relacionados à juventude.

### **3. Política Social de Juventude: um resgate histórico**

Para compreender o contexto que engloba a política social de juventude, é preciso estudar alguns conceitos de política social.

A política social é analisada de diversas formas e por diferentes autores, dentre eles Pereira (2004). Ela diz que, política social refere-se a um programa de ação que visa a "atender as necessidades sociais cuja resolução ultrapassa a iniciativa privada, individual e espontânea, e requer decisão coletiva regida e amparada por leis impessoais e objetivas, garantidoras de

direitos” (PEREIRA, 1994, p.01). Mota (2006)<sup>3</sup> afirma que a política social é um mecanismo de intervenção e regulação do Estado que surge com o desenvolvimento do capitalismo monopolista. É determinada por um conjunto de necessidades econômicas, sociais e jurídicas originadas das condições sobre as quais se desenvolveram historicamente as relações entre capital e trabalho. Bravo (2004) também contribui dizendo que, as políticas sociais, a partir de seu caráter contraditório, devem ser usadas pelas classes subalternas como garantia de condições sociais de vida dos trabalhadores e como uma forma de acumular forças para a conquista do poder por parte dos trabalhadores organizados.

Elaine Behring (2000) diz que é importante considerar a política social como síntese de “múltiplas determinações”, superando os “reduccionismos economicistas e politicistas”. A autora aborda a política social sob dois pontos de vista, o redistributivista e o marxista:

*El redistributivismo viene a luz con la apuesta en la política social como vía de solución de la desigualdad, subdimensionando la naturaleza del modo de producción capitalista, con su indisoluble unidad entre producción y reproducción social, así como subvalorizando también la particularidad brasileña (...) Es interesante notar que la crítica marxiana de la economía política, en la que existe una unidad entre las esferas de producción e del consumo no es absorbida. Algunos abordajes crean la siguiente situación: recurren a categorías de la tradición marxista y al mismo tiempo trabajan bajo un enfoque distributivista-keynesiano, constituyendo un verdadero eclecticismo (BEHRING, p. 170, 2000).*

Assim, a política social no capitalismo não se funda em uma verdadeira redistribuição de riqueza, atende ao mesmo tempo as necessidades do capital e do trabalho, tornando-se um importante terreno de lutas de classe nesse contexto de estagnação.

Diante desses conceitos é possível determinar que a política pública social é vista como uma ação que emerge do Estado e que vai além de qualquer projeto desenvolvido pela sociedade civil e pelo empresariado, sendo garantida por leis, constituída como direito e elaborada com a participação da população (HELMER; CALIARI, 2006).

Porém, o que se verifica é que as políticas sociais geridas no Brasil, em sua maioria, não permitem o exercício da cidadania no que tange à participação e não têm continuidade, constituindo-se em políticas de governo e não em políticas de Estado. Além disso, são medidas que geram resultados insatisfatórios devido, tanto a pouca seriedade em que são

---

<sup>3</sup> Idéias retiradas do Seminário "Análise das políticas sociais no governo Lula" proferido por Ana Elizabete Mota em 24 de março de 2006, na Universidade Federal do Espírito



propostas quanto ao curto tempo de durabilidade. Assim, as políticas sociais se resumem a programas imediatistas e pontuais que, geralmente, não promovem uma concreta mudança da realidade.

Com esse enfoque podemos localizar as políticas sociais de juventude.

No Brasil, durante o século XX, as políticas públicas não deram ênfase à juventude. Elas atendiam apenas à infância e a adolescência chegando apenas até os 18 anos. Portanto, existiam poucas políticas públicas para juventude, o que existiam eram ações para crianças e adolescentes que acabavam por favorecer uma parte da juventude. Além disso, essas políticas existentes tinham como base um conceito de criança/adolescente pobre como problema. Nesse sentido, as políticas públicas de atendimento ao segmento infante-juvenil eram pautadas num sistema médico-jurídico-assistencial, tendo por objetivos a prevenção e a repressão.

Somente na década de 80 é que começaram a se destacar movimentos de resistência a esses tratamentos destinados à população infante-juvenil. Movimentos que visavam a alterar as tradições históricas na área da infância e da juventude e mudar as formas de atuação que eram exercidas pelas ações assistencialistas, coercitivas, correccionais e rígidas (MARTINS, 2004). Sob essa discussão, foi criado, sob a lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ECA é considerado um avanço no plano teórico e assegura direitos à população infante-juvenil, antes inexistentes. Regulamenta, teoricamente, conquistas presentes na Constituição de 88 e vem promovendo morosamente, uma revolução nas áreas jurídica, social e política (LEAL 2004). Porém, mesmo considerado um avanço, o ECA não dá cobertura à juventude, pois trata apenas da faixa etária de 0 a 18 anos.

Assim, em se tratando de juventude foi somente a partir de meados da década de 90 que o tema juventude começou a ganhar visibilidade no Brasil. No entanto, apesar do enfoque dado à geração juvenil, as ações desenvolvidas nesse período ainda tinham o jovem como problema, realizando somente programas voltados para o combate de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce, programas anti-drogas, de reabilitação para jovens em conflito com a lei, entre outros (LEÃO, 2005).

Essa ênfase dada à juventude, no final do século XX, diz respeito a uma série de fatores sócio-históricos, políticos e culturais que traduzem o contexto em que essa geração está inserida: a globalização hegemônica pelo capital financeiro e o decorrente processo de aprofundamento da desigualdade no Brasil; a precarização das relações de trabalho e a ampliação do desemprego, especialmente nesse segmento da sociedade; a negação do direito à participação nos bens econômicos, culturais, simbólicos e políticos produzidos em sociedade; o envolvimento da juventude em movimentos de contestação advindos no Brasil, especialmente, da periferia; a ampliação da violência envolvendo diretamente o jovem; e das pressões exercidas sobre o Estado. Esses fatores explicam essa maior atenção dada, nesse período, à população juvenil (HELMER; CALIARI, 2006).

É nesse contexto de globalização, de precarização das relações de trabalho, de exclusão social que se configura a sociedade contemporânea em que está inserida a juventude brasileira. Devido à participação, ao envolvimento da juventude em movimentos de contestação e das pressões exercidas sobre o Estado que na década de 1990, foi dada mais ênfase a essa população (HELMER; CALIARI, 2006).

Exemplificando concretamente essa discussão, existem alguns projetos que são desenvolvidos pelo governo federal. São programas que estipulam uma determinada idade para ingressar e para serem desligados, porém a maioria desses jovens continua no campo possível dessas ações.

Entre alguns programas federais estão: o Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem) e o Consórcio da Juventude. Esses projetos, em sua maioria, são desenvolvidos a partir de Parcerias Público Privadas (PPP's). Isso restringe a execução desses programas por vários motivos, entre eles a ineficiência no repasse das verbas de execução dos programas, a parceria com organizações de fundos religiosos, a incerteza de continuidade da parceria, entre outros fatores.

O programa Agente Jovem é um programa do governo federal que tem como público alvo jovens de 15 a 18 anos, onde são trabalhados eixos de ética, cidadania, saúde, meio ambiente e cultura. Eles recebem uma bolsa de R\$65,00 e realizam projetos de intervenção

nas suas comunidades. Nesse programa, quando o jovem atinge os 18 anos, é automaticamente excluído<sup>4</sup>.

O Projovem também é um programa do governo federal destinado à jovens de 18 a 24 anos que já cursaram pelo menos até a 4ª série do ensino fundamental e ainda não completaram a 8ª série. Esses jovens concluem o ensino fundamental em um ano e ainda recebem uma qualificação profissional. Cada jovem recebe uma bolsa de R\$100,00<sup>5</sup>.

Além desses, existe ainda o Consórcio da Juventude que abrange os jovens de 16 a 24 anos. O projeto tem o objetivo de capacitar os jovens para o trabalho, através de vários cursos profissionalizantes, como corte e costura, produção de blocos para construção civil, serigrafia entre outros. Além do curso, o jovem tem a oportunidade de desenvolver um trabalho "voluntário" junto à comunidade, o que poderá gerar uma bolsa de R\$150,00.

Verificando esses programas nota-se que, alguns deles, além de serem focalizados e fragmentados, possuem como parâmetro principal a faixa etária, o que exclui uma grande parcela da juventude que não se enquadra nela, mas que continua no campo legal das ações.

O governo Lula vem, em seu mandato, dando destaque à questão juvenil. A idéia da criação do Plano Nacional da Juventude surgiu juntamente com a instituição da Comissão Especial destinada a acompanhar e a estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude (CEJUVENT), criada por Ato da Presidência da Câmara dos Deputados, em 7 de abril de 2003, por solicitação de Parlamentares de diversos partidos<sup>6</sup>.

O ano de 2004 foi determinante para a consolidação do debate sobre a realidade da juventude e para a identificação dos principais desafios. Além das contribuições mencionadas, no âmbito do Executivo, foi constituído o Grupo de Trabalho Interministerial da Juventude, composto por 19 ministérios e Secretarias: Casa Civil, Cultura, Defesa, Desenvolvimento Agrário, Educação, Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Esportes, Fazenda, Justiça, Meio Ambiente, Planejamento, Saúde, Turismo,

---

<sup>4</sup> Projeto Centro de Referência para Juventude. O projeto pertence à Gerência de Promoção Social da Juventude da Prefeitura Municipal de Vitória, elaborado em 2006 por Camila Lopes Taquetti, Fabrícia Pavesi Helmer, Luiz C. Duarte Melo, Michela Vektorim, Rogério Araújo e Fabíola Demonel.

<sup>5</sup> Idem

<sup>6</sup> Cartilha de apresentação do Plano nacional de Juventude

Trabalho e Emprego, Direitos Humanos, Promoção da Igualdade, Racial, Políticas para Mulheres e Gabinete de Segurança Institucional<sup>7</sup>.

Em 2004 foi criado um Projeto de Lei nº. 4530 que integra a idéia da criação do Plano Nacional da Juventude (PNJ). Esse plano tem por um de seus objetivos

incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do país, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares (BRASIL, PL nº. 4530/04).

O PNJ possui como temáticas juvenis a emancipação juvenil; o bem-estar juvenil; o desenvolvimento da cidadania e organização juvenil; o apoio à criatividade juvenil; a equidade de oportunidades para jovens em condições de exclusão.

Possui ainda treze eixos, que são: o incentivo permanente à educação; a formação para o trabalho e garantia de emprego e renda; promover a saúde integral do jovem; incentivar o desporto, oportunizar o lazer e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado; a formação da cidadania; o protagonismo e organização juvenil; o estímulo à produção cultural e acesso aos bens da cultura; desenvolvimento tecnológico e comunicação; o jovem índio e o jovem afrodescendente; o jovem rural; o jovem portador de deficiência; o jovem homossexual; a jovem mulher.

Cada eixo do PNJ foi discutido e avaliado em conferências realizadas em todo o Brasil, inclusive na Conferência Estadual da Juventude do Espírito Santo<sup>8</sup>, que ocorreu em 11/03/2006, no Município de Vitória. Esta conferência tinha por objetivo avaliar o PNJ e elaborar propostas para serem discutidas e revisadas em âmbito nacional na Conferência Nacional de Juventude<sup>9</sup> que foi realizada em 30 e 31/03/2006 em Brasília.

O PNJ foi uma das primeiras conquistas da juventude no governo do PT em âmbito nacional, seguida da Secretaria Nacional de Juventude (2005) e do Conselho Nacional de

---

<sup>7</sup> Ver mais detalhes em:

[http://www.planalto.gov.br/SecGeral/juventude/arquivos\\_projovem/politicajuventude.htm](http://www.planalto.gov.br/SecGeral/juventude/arquivos_projovem/politicajuventude.htm)

<sup>8</sup> Pudemos participar *in locus* dessas discussões, pois estivemos representando o NEJUP.

<sup>9</sup> Estivemos representando o NEJUP, em âmbito Nacional, o que nos possibilitou ver de perto as relações de poder que envolveram a avaliação do PNJ.

Juventude (2005). Foram Instituídos a partir da lei ordinária 11.129, de 30/06/2005, representando um ganho para a os jovens brasileiros<sup>10</sup>.

A criação da Secretaria Nacional de Juventude tem o objetivo de consolidar um referencial institucional para o jovem no âmbito do Poder Executivo. Trata-se de uma estrutura específica que coordenará e articulará as ações do governo desenvolvidas nos Ministérios e Secretarias. A Secretaria Nacional da Juventude será vinculada à Presidência da República, no âmbito da Secretaria-Geral<sup>11</sup>.

Com o intuito de institucionalizar formas de participação e diálogo permanentes, esta lei ordinária cria também o Conselho Nacional de Juventude, composto por representantes governamentais, organizações juvenis, organismos não-governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. Terá a finalidade de propor diretrizes para ações voltadas à promoção de políticas públicas para a juventude. O Conselho será um espaço importante de parceria entre poder público e sociedade, para avaliar experiências nacionais e internacionais e elaborar em conjunto, novas propostas de políticas públicas. Além disso, representa a implementação de um instrumento democrático capaz de atender melhor as demandas da juventude ainda poderá contribuir como apoio em âmbito estadual e municipal na discussão de assuntos correlatos<sup>12</sup>.

Dessa forma, as políticas públicas de juventude, se não pensadas no marco das políticas sociais e articuladas às políticas econômicas, serão incapazes de superar a limitação de serem políticas de compensação social. Essas ações, que são ainda muito compensatórias, não abrangem a todo o segmento juvenil. Afinal, a discussão de juventude que necessita de política pública específica é muito recente no Brasil. A América Latina, como um todo, possui ações e discussão de juventude mais avançada que o Brasil<sup>13</sup>.

Assim, as políticas sociais não buscam, ainda, o resgate da cidadania, não promovendo reais mudanças, tornando-se algo imediatista e paliativo.

---

<sup>10</sup> Ver mais detalhes em:

[www.ibict.br/inclusaosocial/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=121&Itemid=219](http://www.ibict.br/inclusaosocial/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=121&Itemid=219)

<sup>11</sup> Ver mais detalhes em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/\\_Ato2004-2006/2005/Exm/EM-024-MPO-CCV-SGPR-MTE-MEC-MDS.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2005/Exm/EM-024-MPO-CCV-SGPR-MTE-MEC-MDS.htm)

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Isso foi percebido no Encontro Latino Americano de Sociologia, onde foram apresentadas experiências de vários países da América Latina, com relação à juventude.

Portanto, apesar de alguns avanços na área da juventude, ainda existem ações sendo implementadas não levando em conta a discussão das questões das políticas públicas *de, para e com*<sup>14</sup> as juventudes e não respeitando a diversidade de direitos humanos dos jovens – sociais, civis, políticos e culturais. O que se tem feito são programas isolados, políticas setoriais de ação local no âmbito do Estado (CASTRO, 2004).

Para tanto, as políticas sociais destinadas aos jovens devem considerar a diversidade da juventude. Existem jovens negros, homens, mulheres, portadores de deficiências, com diferenças econômicas e culturais. Assim, portanto, são demandas diferenciadas e é importante e essencial que a política pública reconheça essa diversidade e crie ações que levem esses aspectos em questão.

#### **4. Juventude, Políticas Públicas e Cultura no município de Vitória**

No que se refere à política pública, a primeira ação articulada para Juventude em Vitória surgiu em 2002. Foi criada a Subcoordenadoria de Valorização da Juventude<sup>15</sup>, sendo uma das primeiras iniciativas do país para atender à juventude.

Já havia o projeto Agente Jovem do Governo Federal desde 1999, com inicialmente 100 jovens. Porém, esse projeto não foi incorporado pela Subcoordenadoria de Valorização da Juventude que era ligada diretamente ao gabinete, ficando a cargo da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS).

A Subcoordenadoria fazia parte de um projeto político da gestão pública de Vitória de 2000/2004 que era liderado pelo PSDB. Essa iniciativa tinha o objetivo de estruturar uma política de juventude que integrasse as diversas ações que já eram realizadas para o público de 18 a 30 anos, e também para elaborar projetos que possibilitassem o acesso à educação, à justiça, à saúde, ao trabalho e à cidadania, encontrando na juventude suas demandas.

O NEJUP realizou uma pesquisa onde foi detectado que o objetivo dessa Subcoordenadoria era de fazer ações para a juventude de acordo com a sua demanda. Para

---

<sup>14</sup> A discussão da política *de, para e com* a juventude se refere ao modo como ela é criada. *De* juventudes refere-se às políticas públicas destinadas às juventudes, *para* juventudes são as políticas públicas construídas sem a participação da categoria, já o *com* as juventudes se refere a uma forma de participação e protagonismo juvenil na elaboração das políticas públicas.

<sup>15</sup> O nome Subcoordenadoria de Valorização da Juventude foi substituído algumas vezes ao longo do texto por Secretaria, pois o gestor 01 alega que a Subcoordenadoria tinha status de Secretaria, fazendo despachos diretos com o prefeito.

conhecer as demandas da juventude, foi encomendada pelo município uma pesquisa qualitativa que foi realizada pelo Instituto Futura. Essa pesquisa constatou que a juventude se encontrava distante das questões políticas e não se via como segmento organizado.<sup>16</sup>

Essa Subcoordenadoria elaborou alguns projetos como: o Terra Jovem, a Comissão da Juventude, o Juventude em Debate, e o Juventude Acontece em Vitória<sup>17</sup>. No entanto, essas políticas, que em sua maioria não foram implantadas, não fazem parte do objetivo da Subcoordenadoria.

Existia também o Câmara Jovem, que tinha o objetivo de discutir com a juventude da capital sobre as suas demandas. Possuía caráter deliberativo. Este projeto foi um dos poucos que realmente chegou a ser instituído pela Subcoordenadoria, no entanto, ele não aparece como ação, pois segundo o gestor, esse projeto fracassou.

Com o fim do mandato do PSDB, a Subcoordenadoria de Valorização da Juventude foi extinta, surgindo em seu lugar, em 2005, no governo do PT a Gerência de Relações com a Juventude que faz parte da Secretaria de Coordenação Política (SECOP), e a Gerência de Promoção Social da Juventude.

A Gerência de Relações com a Juventude (GRJ) é muito parecida com a Subcoordenadoria de Valorização da Juventude da gestão 2000/2004, podendo até mesmo representar a continuidade da política exercida na gestão 2000/2004. O papel dessa gerência seria o de articular políticas.

É importante ressaltar também que essa gerência não tem o objetivo de implementar projetos, de acordo com o gestor. É uma gerência com funções “meio” e não “fim”, assim como a Subcoordenadoria de Valorização da Juventude da gestão 2000/2004.

Dentro SEMAS foi criada a Gerência de Promoção Social da Juventude (GPSJ), no ano de 2005 juntamente com a GRJ (que fica dentro da SECOP) e faz parte do plano de governo do PT, proposto para a gestão 2004/2008.

O público alvo da GPSJ, segundo seu gestor segue o Plano Nacional da Juventude (15 a 29 anos).

---

<sup>16</sup> Idéia retirada do texto apresentado no XXV Congresso Latino Americano de Sociologia (ALAS)

<sup>17</sup> Ver mais detalhes em: [www.vitoria.es.gov.br/juventude/juv\\_historia.htm](http://www.vitoria.es.gov.br/juventude/juv_historia.htm).

Na GPSJ são desenvolvidos muitos projetos alguns de âmbito Federal, como o Agente Jovem que abrange jovens de 15 a 17 anos. Nesse ano de 2006 existem 600 Agentes Jovens. Mesmo sendo um projeto federal existem convênios com instituições da cidade para a disponibilização de material de consumo, espaço para realizar os grupos e pagamento de alguns instrutores e orientadores sociais.

Essa gerência, de acordo com sua atribuição, também cria seus próprios programas. Um deles é o programa *Odomodê* que trabalha questões da igualdade racial, através de oficinas como a de percussão, de sexualidade, além de possuírem uma banda de percussão.

Existe também o “Rede Jovem” que busca identificar e mobilizar os jovens em suas diversas atividades. Esse projeto é o responsável por identificar os segmentos e articulá-los, dando suporte ao trabalho realizado no o Centro de Referência da Juventude (CRJ) que é único no estado.

Seguindo o modelo de Santo André, a GPSJ implantou um CRJ em Vitória que dentre outras coisas, procura ser um espaço que alie formação, convivência e mobilização social. Pretende respeitar e valorizar a diversidade das juventudes, sendo um espaço de expressão para os diversos coletivos juvenis, criando canais de participação e interlocução<sup>18</sup>.

Existem também projetos intersetoriais como o Cine Kbça desenvolvido pela GPSJJ/SEMAS e pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) que visa levar um cineclubes à juventude de Vitória que tem acesso limitado às grandes salas de cinema, além de estimular a reflexão e mobilizar os jovens para serem multiplicadores em suas comunidades. As sessões são realizadas em escolas públicas e são discutidos temas como sexualidade, igualdade racial, desigualdade social, violência urbana, criminalidade, entre outras temáticas<sup>19</sup>. A escolha pelos filmes se dá por meio de levantamentos ou por escolha própria dos monitores do Cine Kbça.

Um segundo projeto intersetorial é o “*Graffitoids*” desenvolvido pela Nação *hip hop*, pela GPSJ e pela coordenação Municipal de DST/Aids que promove discussões sobre prevenção de DST/Aids utilizando o *graffiti* como instrumento de expressão.

---

<sup>18</sup> Projeto Centro de Referência para Juventude. O projeto pertence à Gerência de Juventude da Prefeitura Municipal de Vitória elaborado em março de 2006 por Camila Lopes Taquetti, Fabrícia Pavesi Helmer, Michela Ventrone, Luiz Carlos Duarte Melo e Rogério Araújo.

<sup>19</sup> Idem.



Um terceiro projeto é o risco social em parceria com a SEMAS/SEMUS e Secretaria Municipal de Educação (SEME). É uma estratégia de Prevenção das DST/Aids, da violência e do Uso Indevido de Drogas entre Crianças, Adolescentes e Jovens. Esse projeto promove capacitações de multiplicadores para prevenção, encontros de sensibilização das lideranças comunitárias, entre outras ações para a juventude. Tem equipe multidisciplinar e trabalha com os princípios da intersetorialidade, parcerias, enfoque no sujeito/ator, protagonismo juvenil, participação democrática, respeito à diversidade e às diferenças, integração e descentralização das ações e inserção na realidade comunitária<sup>20</sup>.

Por fim, existe também o “Comitê Vitória da Paz” feito em parceria com a Secretaria de Segurança Urbana. Possui como objetivo proporcionar a criação de um movimento organizado com lideranças da comunidade, que, através de ações criativas e educativas, otimize seus próprios recursos, estabeleça parcerias, fortaleça sua capacidade de identificar problemas e direcionar respostas e afirme a cultura da paz e não-violência nos 8 bairros com maior índice de homicídios. Esses são alguns projetos dentre outros que existem com parceria entre as secretarias<sup>21</sup>.

Segundo o entrevistado da Gerência de Promoção Social da Juventude, uma das conquistas foi o orçamento próprio do departamento destinado à juventude.

Ele cita ainda o Orçamento Participativo da Juventude. Segundo ele, em 2005, a Prefeitura passou a disponibilizar 3% do orçamento para o segmento jovem, sendo o OP uma forma de se discutir como seria gasto esse dinheiro. Os jovens teriam contato com os instrumentos de planejamento como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA)<sup>22</sup>. O OP seria discutido em Congressos da Juventude, onde é votado como vai ser utilizado o recurso e que secretaria vai ficar responsável por tal gerenciamento.

Podem ser verificadas muitas diferenças entre a Subcoordenadoria de Valorização da Juventude do governo PSDB e a Gerência de Relações com a Juventude (GRJ) e a Gerência de Promoção Social da Juventude (GPSJ) do PT. Essas diferenças se processam até mesmo pelas propostas dos partidos e pelas ações que foram engendradas. As ações da primeira enfocavam mais a questão do lazer e do conhecimento das demandas. Já a GPSJ,

---

<sup>20</sup> Idem

<sup>21</sup> Idem

<sup>22</sup> Ver mais em [www.vitoria.es.gov.br](http://www.vitoria.es.gov.br).

conseguiu demarcar seus projetos e áreas de atuação mais diversificadas, não enfocando apenas um ponto, mas tentando abranger ao máximo as demandas que a juventude apresentava.

Dessa forma, pode-se dizer que surgiram dois espaços para se discutir política de juventude na PMV que é a GPSJ e a GRJ, porém apenas um espaço inovou no que se refere ao objetivo e a própria forma de atuação, se comparada à gestão anterior.

Mesmo com esses projetos elencados, alguns jovens ainda não têm acesso a eles. Alguns não têm conhecimento dos projetos, o que pode ser justificado pelo fato das políticas de Juventude não estarem completamente estruturadas no sentido da abrangência que se pretende atingir.

#### **4.1. A percepção do Jovens**

De acordo com as entrevistas feitas com os jovens, todos inseridos em movimentos culturais ligados à música, pode-se constatar, que, dentre os sete entrevistados, três desconhecem esses espaços de formulação de políticas públicas para juventude no poder público.

Mesmo sendo a cultura o enfoque mais dado aos projetos destinados às juventudes, na avaliação de alguns entrevistados precisa melhorar essa relação entre poder público e a cultura.

De acordo com os jovens faltam ações do poder público tentando incluir todas as culturas e resgatando e revitalizando a cultura local. Concordam que o estado conta com uma rica variedade de cultura e o que falta são incentivos por parte do poder público.

De acordo com os jovens, as políticas devem buscar abranger a população jovem em sua amplitude. O que há, na opinião deles, são muitas políticas que não conseguiram, ainda, abarcar toda a juventude, apenas uma parcela.

A partir da análise das falas dos jovens vê-se a necessidade de criar canais efetivos de comunicação que é um processo lento, porém percebe-se que há, na atual gestão, um debate sobre o tema e que precisa ter os jovens como os verdadeiros protagonistas desse

debate. O que se percebe, também é um redimensionamento claro nas ações de políticas voltadas à juventude no município, rompendo com a visão anterior de que não era possível promover a participação efetiva da juventude. Os jovens são capazes de ir muito além, inclusive propondo ações e soluções para problemas e demandas da geração.

## **5. Considerações finais**

Diante das experiências vividas e dos dados coletados no presente trabalho é possível concluir que, em se tratando da política de juventude em âmbito nacional, é inegável o seu avanço, mesmo às vezes não tendo como articular muito bem com os estados e municípios as ações a serem desenvolvidas. Mas essa questão faz parte de uma relação macro, desencadeada pela rápida descentralização das políticas desenvolvidas no Brasil, sem qualificação técnica e orçamentária capaz de tal atribuição. Essa situação resulta numa certa confusão entre as funções das três esferas de governos, não se tendo clareza do papel a ser desenvolvido por cada uma na elaboração de uma política.

Esse avanço é observado na implementação do Plano Nacional de Juventude (2004), na conquista do Conselho Nacional de Juventude (2005) e da Secretaria Nacional de Juventude (2005), pois essas ações acabam por oferecer um apoio aos estados e municípios na implementação dos seus instrumentos democráticos.

Apesar de existir um avanço na política de juventude do município de Vitória, ela ainda não tem efetiva participação dos jovens, mesmo porque os próprios jovens ainda não sabem que existe um espaço pra se discutir política de juventude no município. São quase cinco anos de representação (em gestões diferentes) desse espaço e ainda não se tem uma participação significativa que represente realmente a vontade coletiva dos jovens moradores de Vitória.

## 6. Referências

ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.T; SPOSITO, M.P (org). Revista Brasileira de Educação. nº. 5 e 6. São Paulo: Anped, 1997.

ABRAMO, H.W; VENTURI, G. Juventude, política e cultura. In: Teoria e Debate. Revista da Fundação Perseu Abramo, nº. 45, jul./ago./set 2000.

ABRAMO, H. W. O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro. In: FREITAS, M. V. (org.). Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

BRASIL. Fundo de População das Nações Unidas. Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento. Brasília, 2003.

\_\_\_\_\_. Congresso. Câmara dos deputados. Plano Nacional de Juventude: PL nº. 4530/04. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

BRAVO, M.I.S. Prefácio. In: SALES, M.A; MATOS, M.C; LEAL, M.C (org). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. p.13-16.

CASTRO, M. G. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes. In: NOVAES, R; VANNUCHI, P. (org) Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Instituto cidadania; fundação Perseu Abramo, 2004. p. 275-303.

CASTRO, M.G; ABRAMOVAY, M. Juventudes no Brasil: vulnerabilidades negativas e positivas, desafiando enfoques de políticas públicas. In: CASTRO, M. et al. Juventude, Cultura e Políticas Públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico político do Centro de Estudos e Memória da Juventude. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005. p.37-66.

FREITAS, M. V de; PAPA, F. de C. (org). Políticas públicas: Juventude em Pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

GROPPO, L.A. Juventude: ensaios de sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

HELMER, F.P; CALIARI, H.F. **Juventude, Políticas Sociais e movimentos culturais ligados à música (Funk, Reggae, Hip hop e Rock) no município de vitória:** uma análise das políticas públicas de juventude. Trabalho de Conclusão de Curso. UFES. Vitória, 2006

LEAL, M.C. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a lei de Diretrizes e bases da Educação como marcos inovadores de políticas sociais. In: SALES, M.A; MATOS, M.C; LEAL, M.C (org). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. p.147-166.

LEÃO, G.M.P. Dilemas da Política de Juventude no Brasil. Anais. ALAS. Porto Alegre, 2005.

MARTINS, H. H. T. S. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, H.W; FREITAS, M.V; SPOSITO, M. P. (org) Juventude em debate. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2002. p.17-41

MOREIRA, D. A Juventude não pode esperar. In: CASTRO, M. et al. Juventude, Cultura e Políticas Públicas: intervenções apresentadas no seminário teórico político do Centro de Estudos e Memória da Juventude. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005. p. 169 - 187

NOVAES, R. Juventude e participação social: apontamentos sobre a reinvenção da política. In: ABRAMO, H.W; FREITAS, M.V; SPOSITO, M. P. (org) Juventude em debate. São Paulo: Cortez, Ação Educativa, 2002. p.46-70.

PEREIRA, P.A.P. Concepções e propostas de Políticas Sociais em curso: tendências, perspectivas e conseqüências. NEPPOS/CEAM/Unlg: 1994.

QUIROGA, C. Trabalho e Formação da Identidade Juvenil: reconhecimento de trajetórias de jovens pobres. 2001. 243f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação da Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.